



# Anais da Assembléia

Nº 61

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 40.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1990  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Eduardo Baggio e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos e Sabino Campos (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

23 Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, a relação dos nomes dos Deputados do PSDB que ocuparão as Comissões constituídas desta Assembléia Legislativa do Estado.

Na oportunidade, renovo meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN  
Líder do PSDB

Comissão de Constituição e Justiça

Titulares: Hermas Brandão

Nereu Carlos Massignan

Suplentes: Haroldo Ferreira

Antônio Annibelli

Comissão de Recursos Humanos

Titular: Antônio Annibelli

Suplente: Paulino Delazeri

Comissão de Orçamento

Titular: José Rogério de Carvalho

Suplente: Nelson Vasconcellos

Comissão de Indústria e Comércio

Titular: José Rogério de Carvalho

Suplente: Acir Mezzadri

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Titular: Nelson Vasconcellos

Suplente: Haroldo Ferreira

Comissão de Agricultura

Titular: Nelson Vasconcellos

Suplente: Antônio Annibelli

Comissão de Cultura e Esporte

Titular: Nereu Carlos Massignan

Suplente: Raul Lopes

Comissão Especial de Reforma à Constituição

Titular: Nereu Carlos Massignan

Suplente: Rubens Bueno

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

Titular: Paulino Delazeri

Suplente: Nereu Carlos Massignan

Comissão de Redação

Titular: Paulino Delazeri

Suplente: Rubens Bueno

Comissão de Reivindicações Populares

Titular: Paulino Delazeri

Suplente: Haroldo Ferreira

Comissão de Saúde

Titular: Haroldo Ferreira

Suplente: Nelson Vasconcellos

Comissão de Direitos Humanos

Titular: Haroldo Ferreira

Suplente: Paulino Delazeri

Comissão de Tomada de Contas

Titular: Hermas Brandão

Suplente: Acir Mezzadri

Comissão de Segurança Pública

Titular: Raul Lopes

Suplente: Hermas Brandão

Comissão de Defesa do Consumidor

Titular: Rubens Bueno

Suplente: Raul Lopes

Comissão de Educação

Titular: Rubens Bueno

Suplente: Nereu Carlos Massignan

Comissão de Turismo

Titular: Raul Lopes

Suplente: José Rogério de Carvalho

Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação

Titular: Acir Mezzadri

Suplente: Paulino Delazeri

Comissão de Direitos da Mulher

Titular: Acir Mezzadri

Suplente: Nelson Vasconcellos

Comissão de Finanças

Titular: Antônio Annibelli

Suplente: José Rogério de Carvalho

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 1428**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 161/89, de autoria deste Parlamentar, que declara de Utilidade Pública a "Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia", entidade mantenedora da Creche Pequenininhos de Santa Rita, com sede e foro no Município de Paranavaí / PR.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

**REQUERIMENTO N° 1406**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Resolução n° 58/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica.

Sala das Sessões, em 28.05.90

(aa) PEDRO TONELLI

ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 1408**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 305/90 que dispõe sobre o Registro Obrigatório, o Licenciamento e a Fiscalização dos Estabelecimentos de Hospedagem no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

**REQUERIMENTO N° 1401**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 31/90.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO N° 1416**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

**REQUERIMENTO N° 1432**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei n° 49/90.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO N° 1405**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 314/90 na Ordem do Dia de 28/05, transformando o Plenário em Comissão Geral para ser relatado o assunto em pauta.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

**REQUERIMENTO N° 1417**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Inter-

no, REQUER a Constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 29 durante a sessão plenária para a apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 354/89, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 1.404

SÚMULA: Requer a constituição de Comissão Geral a fim de apreciar o Projeto de Lei Complementar n° 290/90. Trata de revogar o art. 11 da Lei Complementar n° 27, de 08.01.86 (Lei Orgânica dos Municípios) e dá nova redação ao art. 12 dessa Lei.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, com a conseqüente apreciação pela Comissão Geral, do Projeto de Lei Complementar n° 290/90, na sessão plenária de segunda-feira, dia 27 de maio.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1.403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo prematuro passamento da menina LIA CARLA MENDES, aos 4 anos de idade, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, em data de 23 de maio do ano em curso.

A menor era filha do advogado Ubirajara Carlos Mendes e de Dona Irlene Mendes, pessoas muito bem relacionadas naquela cidade.

Que a presente propositura seja a portadora do mais profundo sentimento e solidariedade do Parlamentar e seus familiares à família enlutada, nesta hora tão difícil porque atravessam.

Da decisão do Plenário, Requer ainda, seja-lhes dada ciência, no seguinte endereço: Bloco 19, Apto. 24 - Conjunto Residencial Monteiro Lobato - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1.428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, vem perante a Mesa REQUERER que, após ouvido o Plenário, sejam consignados na Ata da presente sessão, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Walter Aparecido

Carbonieri, Vereador do Município de Goioerê.

Nascido em Cambará em 25.11.40, filho de Leonildo Carbonieri e de Ana Guaita Carbonieri, Walter Aparecido Carbonieri era Técnico Agrícola, embora desde sempre tenha demonstrado grande interesse pelas causas públicas e pela política partidária. Quando se mudou para o Município de Goioerê, há já dez anos atrás, imediatamente passou a se integrar na comunidade daquele progressista município, sempre interessado em, de alguma forma, poder ter sua participação no seu desenvolvimento. Era o cidadão na excelência da palavra: contribuindo e participando pelo engrandecimento da sua terra. Nem mesmo o falecimento de sua esposa, Senhora Sonia Carbonieri, ainda há poucos anos, esmoreceu a persistência daquele homem na sua luta diária de levar mais longe o nome de Goioerê. E esse trabalho ele tinha diariamente através dos microfones da Rádio Goioerê. Atualmente era Vereador de Goioerê, depois de já ter sido 1° Suplente durante a legislatura passada: o povo soube recompensar a dedicação de uma vida.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoio: Antônio Annibelli

REQUERIMENTO N° 1.426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora SILVIA WOINARSKI TEIXEIRA, ocorrido na data de 22.05 p. p., em Guarapuava.

A extinta deixa a lamentar seu falecimento seu esposo Senhor Roberto do Belém Teixeira, funcionário aposentado da Prefeitura Municipal e seus filhos Robercil, Silvana, Ciro e Silvio.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência aos familiares, sito Rua Coronel Saldanha, 2.031, em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Pertencente à tradicional família guarapuavana, a Senhora Silvia, com 58 anos de idade, gozava do mais elevado conceito junto a comunidade.

O prematuro passamento, esposa dedicada e mãe exemplar, veio abalar de forma profunda a sociedade, onde era admirada por todos.

REQUERIMENTO N° 1.414

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestações do Plenário, sejam oficiados votos de congratulações para o jovem advogado Doutor ROSALVO ELIAS PACAGNAN, pela auspiciosa vitória alcançada no último concurso da Magistratura, tornando-se aos 21 (vinte e um) anos de idade o mais novo Magistrado do Brasil. Feito sem dúvida auspicioso, levando-se em conta tratar-se um dos concursos mais concorridos do País, cujo nível de qualificação transcende as fronteiras do Paraná, pelo rigor exigido dos candidatos pela colenda Corte de Justiça do nosso Estado. Isso demonstra o amor à profissão abraçada, e vem coroar seus esforços e inteligência privilegiada.

Requer comunicação à família do jovem Juiz, assim como ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, pelo privilégio de albergar em suas fileiras o mais novo Juiz do Brasil, pelo conceito angariado entre os demais órgãos judicantes brasileiros, mercê da valorização do seu corpo de profissionais.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 1.409

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração de votos de congratulações pela magna data de 22 de maio, dia este em que se comemora o Dia do Apicultor.

Requer ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- . Dr. Luiz Augusto Pfau  
Médico Veterinário da EMATER-PR  
Rua da Bandeira, 171  
80.030 - CURITIBA -PR
- . Dr. Celso Domingos Barancelli  
Rua Marginal José de Anchieta, 102  
Vila Guarani  
83.400 - COLOMBO - PR
- . Associação Paranaense de Apicultores  
Presidente: Milton Sponholz  
Rua Itacolomi, 6 - Portão  
81.000 - CURITIBA - PR
- . Federação Paranaense de Apicultores  
Presidente: Paulo Sommer  
Rua Itacolomi, 6 - Portão  
81.000 - CURITIBA - PR

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 1.433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de louvor aos Trabalhadores Rurais, pela pas-

sagem do seu dia, comemorado no dia 25 do mês em curso.

Reconhecendo o importante trabalho dessa classe que com seu esforço, através de suas atividades na terra, contribui para a melhor nutrição do povo brasileiro e, conseqüentemente colabora para melhor economia.

Requer, ainda, que da decisão da Casa sejam informados esses profissionais através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Instituído em 1964 por decreto do então Presidente Castelo Branco, o dia do Trabalhador Rural nem sempre tem sido motivo de comemoração, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, que são a maioria.

O pequeno produtor rural do Paraná trabalha hoje com falta de crédito e reivindica constantemente junto às autoridades competentes preços justos e condições de comercialização. Outras reivindicações estão na lista dos trabalhadores rurais: salário justo, condições dignas de trabalho e o combate ao êxodo rural.

Mas são os 450 mil trabalhadores rurais volantes, os bóias-frias, os mais sacrificados, pois além de enfrentarem todas as dificuldades da classe, ainda lutam por uma reforma agrária com a participação dos próprios trabalhadores do campo.

#### REQUERIMENTO N° 1.410

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja consignado nos Anais da Casa um voto de louvor ao CONSESP - Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ACIR MEZZADRI

#### JUSTIFICATIVA:

O CONSESP é uma entidade que tem como finalidade precípua o incentivo e organização do trabalho voluntário, desenvolvido pelas entidades sociais particulares, sem fins lucrativos.

Embora tratando-se de entidade nova, já patrocina e desenvolveu diversos cursos para dirigentes voluntários; encontros de dirigentes visando arrecadar fundos para dar suprimento às necessidades de entidades assistenciais. Além das atividades especificadas, presta ainda assessoramento técnico e jurídico aos dirigentes das mencionadas instituições.

Em vista do exposto, julgamos justo e oportuno o reconhecimento público do valor e da importância que o Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba re-

presenta para a sociedade paranaense, razão pela qual apresentamos o presente requerimento.

## REQUERIMENTO N° 1.419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores FERNANDO COLLOR DE MELLO, Digníssimo Presidente da República; ZÉLIA CARDOSO DE MELO, Digníssima Ministra da Economia; IBRAHIM ERIS, Digníssimo Presidente do Banco Central e ROSANE COLLOR DE MELLO, Digníssima Presidenta da Legião Brasileira de Assistência; solicitando a liberação da Caderneta de Poupança da Caritas Socialis - Lar João Paulo II, de Guarapuava, bloqueada com o Plano Collor.

Solicitamos, ainda, que, da decisão do Plenário, seja dada ciência a Irmã Pauline Hedwig Haider, Presidente do Caritas Socialis, sito ao Prolongamento da Rua Guáíra, 532 - 85.100 - Guarapuava - PR.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

## JUSTIFICATIVA:

A Caritas Socialis mantém a creche Lar João Paulo II, em Guarapuava, atendendo atualmente 143 crianças na faixa de 0 a 14 anos, oriundas de famílias extremamente pobres, residentes em favelas e núcleos, onde a fome e a doenças aumentam sempre mais naquela região, devido ao desemprego dos pais.

A referida creche tem convênio com a LBA/SEJA/FASPAR e um outro com a FUNABEM/SEJA/FASPAR. A verba recebida neste ano foi de Cz\$ 21.955,55, referente aos meses de novembro de 1989, janeiro e fevereiro 1990. Tal dinheiro deu para o sustento de uma semana, sendo que o restante das despesas, foram assumidas pela Caritas Socialis.

Há anos atrás, a diretoria conseguiu uma doação em dinheiro e esta foi depositada em duas Cadernetas de Poupança, uma na Caixa Econômica, sob n° 00127.369-6, bloqueado em Cruzados novos 894.285,96; e outra no Banco Brasileiro de Descontos - BRADESCO, sob n° 2.881241-8, bloqueado em Cruzados Novos 257.846,31.

Com o Novo Plano, é difícil conseguir outras doações, dificultando sobremaneira a manutenção da creche, pois os pais não conseguem colaborar muito, trabalham como "bóias-frias" e diaristas, recebendo o necessário para a alimentação.

A situação é grave, e se não forem liberadas as poupanças, a creche será obrigada a fechar suas portas e despedir 143 crianças, que ficarão sem o mínimo que atualmente têm: educação e alimentação.

Diante deste fato, solicitamos às au-

toridades competentes se dignem uma avaliação urgente para a liberação da verba bloqueada.

## REQUERIMENTO N° 1.408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ABRAHÃO MIGUEL, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciárias, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de Roça Grande, criado pela Lei Orgânica do Município de Colombo, Comarca de Colombo, promulgada em 05 de abril de 1990.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

Há muito urge-se providência no sentido de atender a comunidade de Colombo, sendo que a solicitação funda-se no fato de que a citada região preenche os requisitos contidos no artigo 206 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

## REQUERIMENTO N° 1.415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, pedido de informações ao Senhor Secretário de Estado da Administração, Senhor Gino Azzolini Neto, para que seja fornecido a listagem contendo, por ordem, os 100 maiores e os 100 menores salários ou pagamentos brutos, a qualquer título, efetuado a funcionários ativos e inativos do Poder Executivo, Administração Direta ou Indireta e Empresas de Economia Mista, no mês de abril de 1990, com os seguintes dados complementares:

- a) Nome;
- b) Tempo de serviço;
- c) Função ou última função exercida;
- d) Valor bruto devido ou pago à qual quer título;

e) Valor líquido efetivamente pago (no caso de redução, observar quais os mecanismos legais aplicados).

Sala das Sessões, em 28.05.90

(a) LUCIANO PIZZATTO

## JUSTIFICATIVA:

Com a conjuntura política e social do Estado, e também do País, a somatória de informações sobre salários impede que seja possível conhecer os fatos dentro de sua real magnitude. Desta forma, a listagem solicitada permitirá ter valores reais de comparação quanto a situação salarial do

Estado, bem como compreender os critérios da distribuição de penalidades ou benefícios.

REQUERIMENTO N° 1.411

Senhor Presidente.

A imprensa estadual nos últimos dias vem divulgando passo-a-passo as investigações sobre irregularidades na destinação dos recursos arrecadados com o chamado "Telefestival de Prêmios".

Na verdade, trata-se de uma atitude adotada pelas autoridades públicas merecedora de elogios, que não pode figurar como exceção perante as constantes denúncias de irregularidades e corrupção pública ou de grupos políticos determinados.

Fazendo votos que esta prática seja regra de agora em diante no Estado do Paraná, REQUEIRO, após manifestação do Plenário, envio de moção de apoio e incentivo ao corajoso, competente e importante trabalho desenvolvido pelo Delegado Nelson Sabbag, do 1° Distrito Policial da Capital, na investigação de irregularidades na destinação dos recursos financeiros auferidos com a realização do jogo denominado bingo, transmitido via televisão, também chamado de Telefestival de Prêmios.

Requeiro, também, o envio de cópia do mesmo expediente ao Secretário de Segurança Pública do Paraná e ao Diretor Geral da Polícia Civil do Estado.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) PEDRO TONELLI

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 063/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área cujo perímetro adiante vai descrito, abrangendo parte dos Municípios de Salgado Filho, Barracão e Marmeleiro para que as populações respectivas decidam sobre a criação do município de Flor da Serra, como segue:

"Começa na foz do córrego São Bento, no rio Arrozal, por este seguindo até sua nascente de onde, por linha seca, alcança a nascente da chamada sanga Abreu pela qual desce até sua foz no rio Tamanduazinho, seguindo desse ponto, por linha seca, sentido leste para alcançar o rio Tamandua, na foz do lajeado denominado Gaúcha e por este, acima, até a sua nascente, daí seguindo pelo divisor de águas, no sentido nordeste, até a nascente do arroio Bonito pelo qual desce até a foz do arroio Ildebrando pelo qual sobe até a nascente, de onde alcança a nascente do rio Galo, por este descendo até a sua foz, no rio Araçá; segue pelo rio Araçá até a sua cabeceira, na divisa interestadual Paraná - Santa Ca-

tarina, seguindo por essa divisa, no sentido oeste, até confrontar a nascente da sanga Santo Angelo pela qual desce até sua foz, no rio Das Águas, por este descendo até o arroio Santa Terezinha, subindo por este até encontrar a Linha Lemos por cuja divisa segue, rumo norte, até encontrar a estrada 520, por esta seguindo, rumo leste, até encontrar a estrada 440 pela qual segue, no sentido norte, bifurcando com diversas estradas até a localidade denominada São Bento e até a nascente do córrego São Bento, pelo qual desce, até a sua foz no rio Arrozal, ponto de partida".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS SESSOES, em 28.05.90.

(a) JOAO ARRUDA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 064/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Artigo Único - É indicado o doutor Quielse Crisóstomo da Silva para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Olivir Gabardo.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com o disposto pelo inciso XVIII, do artigo 54, da Constituição do Estado, cabe a esta Assembléia a indicação de cinco sétimos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

E de acordo com o que estabelece o artigo 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tal iniciativa caberá em relação às cinco primeiras vagas ocorridas a partir da promulgação da Carta Estadual.

Com a aposentadoria do eminente Conselheiro Olivir Gabardo, surge a oportunidade desta Casa Legislativa proceder à primeira indicação para o apontado cargo, tendo recaído a escolha, pelo apoio de expressiva maioria de parlamentares, na pessoa do nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

Deputado Estadual por cinco legislaturas, o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva tem longa e profícua folha de serviços prestados como Parlamentar, tendo sido membro da Comissão Executiva nos biênios 1971/1972, 1977/1978 e 1985/1986, afora haver presidido a Comissão de Obras (1971/1972, 1977/1978 e 1985/1986), a Comissão de Ecologia (1988), a Comissão de Finanças (1973/1976, 1979/1981 e 1987/1989), bem assim a Comissão de Terras, Imigração e Colonização (1989).

Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Paraná e professor da disciplina de Urbanismo, Saneamento e Traçado de Ci-

dades, possui o indicado plenas condições para exercer com proficiência e denodo o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas; razão que leva a Comissão Executiva a formular ao Plenário a presente indicação, confiante na sua aprovação.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 318/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Artigo 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Francesco Serale, pelos relevantes serviços prestados ao Estado.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

"Há homens que lutam um dia e são bons;

Há homens que lutam vários dias e são melhores;

Há outros que lutam vários anos e são ótimos.

Porém, há homens que lutam a vida toda. Estes sim, são os imprescindíveis" (B. Brecht)

Nas palavras do filósofo alemão, a razão maior para a presente proposição: a condição imprescindível desta figura extraordinária.

Francesco Serale, o cidadão responsável, íntegro e correto, emprestado às atividades sociais e à realização do bem comum.

O Professor que, na sala de aula, promove uma inversão nas posições educando / educador, promovendo um ensinar aprendendo e um aprender ensinando.

Nascido na Itália, na região de Cúneo, cursou o seminário Vesconville e chegou mesmo a desenvolver a atividade sacerdotal desde 1967 até 1972 na diocese de sua cidade natal.

Vindo para o Brasil, em 17 de janeiro de 1973, Francesco Serale, continuou desenvolvendo a ação em favor do próximo, acentuando suas preocupações sociais e desenvolvendo atividades que também podem ser encaradas como um sacerdócio: padre na Diocese de Toledo; Coordenador da Pastoral da Juventude na região de Cascavel; Professor de Sociologia Geral na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel; Professor de EPB na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel; Orientador Religioso no Colégio Nossa Senhora do Rosário em Porto Alegre; Professor de Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Aprendizagem na FUNORTE; Professor no Curso de Especialização em Teorias Sociológi-

cas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Católica do Paraná, prelecionando a disciplina de Psicologia Social.

Homem ilustrado, Francesco Serale busca o saber como forma de explicar as inúmeras e elevadas questões relacionadas com o conhecimento do universo e do homem, capitalizando este conhecimento para o estabelecimento de um bem estar social geral.

Não raramente - testemunham seus alunos - Francesco Serale emociona-se durante suas aulas, prova cabal da sua íntima relação com as questões sociais que é encarregado de abordar nas cadeiras de Psicologia Social, Sociologia Geral, Estudos de Problemas Brasileiros, Filosofia da Educação, Didática de Grupo e Relações Humanas, das quais é titular na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Tuiuti.

Francesco foi, também, Coordenador do Setor Pedagógico no Centro de Estudo e Desenvolvimento de Pessoal do Instituto de Assistência ao Menor, IAM. Coordenou a Unidade de Triagem do Menor Carente e Infrator, instalada na Delegacia de Proteção ao Menor de Curitiba. Integrou a Pastoral do Menor.

É, atualmente, Diretor do Centro de Integração Comunitária "Diva Pereira Gomes", a Guarda Mirim, desenvolvendo um trabalho reconhecido por toda a comunidade, em favor dos menores curitibanos.

Casado com Dirce Kucinski Serale, Francesco escolheu o Paraná para educar seus filhos, inclusive, ver um deles nascer aqui, onde os laços de amizade são tão extensos quanto é a sua bondade e sua solidariedade.

Embora Francesco Serale tenha facilidade de comunicação, expressando o "quantum" necessário para transmitir o preciso, para nós parecem roubadas as palavras para justificar esta homenagem. É que para quem aprendeu a admirar, falar torna-se difícil. Para quem é embriagado diante da sabedoria de um ser como o professor Francesco, é difícil entremear verbos, artigos, pronomes, vocativos e apostos, até porque nunca encontraremos os predicativos corretos para expressar a grandeza do cidadão objeto direto do discurso.

Francesco Serale é um ser imprescindível. Seu trabalho em favor do Paraná e em favor dos paranaenses, sobretudo da infância carente, é a razão desta homenagem.

Poderia o Poder Legislativo furtar-se de prestá-la?

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 319/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Artigo 1° - A Secretaria de Estado da Educação deverá prever, anualmente, a rea-



lização da Semana da Conservação Escolar em todos os estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino.

§ 1º - Durante a semana tratada no "caput" deste artigo, as escolas deverão realizar atividades relativas à manutenção e reconstituição do patrimônio escolar, contando, para tanto, com a participação dos alunos regularmente matriculados, professores e funcionários.

§ 2º - Os dias que atenderão ao programa supra mencionado serão tratados como dias letivos, de frequência obrigatória.

§ 3º - As escolas aceitarão, ainda, se necessário a colaboração voluntária da comunidade.

Artigo 2º - O material a ser utilizado para execução das atividades de manutenção e reconstituição do patrimônio escolar será repassado, anualmente, pela, Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, até quinze dias antes da realização da Semana de Conservação.

Artigo 3º - A Semana de Conservação Escolar será realizada antes do encerramento oficial do 4º bimestre do ano letivo.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Tal iniciativa tem por objetivo fazer realizar, anualmente, nas escolas da Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná uma Semana dedicada à recuperação, conservação e manutenção do patrimônio escolar.

Em 1990, quinze mil (15.000) crianças quase ficaram sem poder cursar os bancos escolares. Uma das razões para isto pode ser atribuída aos próprios alunos que, durante o ano escolar, chegam a destruir grande parte das carteiras escolares. A Fundação Educacional do Paraná comprou vinte mil (20.000) carteiras escolares para este ano, a fim de possibilitar o suprimento, em parte, da falta de equipamentos nas escolas públicas. Apesar de todas essas medidas, ainda faltou, pelo menos, quinze mil (15.000) carteiras e, em muitas escolas, as classes não ficaram completas e algumas salas praticamente vazias.

Todo o ano, quando termina o período escolar, em cada sala com 40 carteiras, em média, pelo menos seis são totalmente arrebitadas ou destruídas, representando um saldo de cento e quarenta mil (140.000) carteiras escolares destruídas pelos próprios alunos.

Através da presente proposição, queremos envolver os próprios alunos, sob orientação e supervisão dos professores e funcionários, na recuperação desse mate-

rial destruído.

É importante atentar para o aspecto didático da proposta, vez que possibilitará o despertar nas crianças, da responsabilidade pelo material patrimonial da escola.

A Escola não é, em momento algum, gratuita. Antes, pelo contrário, a Escola Oficial é paga. Paga pelos impostos de cada cidadão, pelas taxas e tributos a que respondemos, constantemente. Por esta razão, cada paranaense deve sentir-se um pouco dono da escola oficial. E, por isto, deve zelar por ela.

Grande parte das pichações nos prédios das escolas públicas são feitas por colegas de alunos ou por eles próprios e o envolvimento destes, na campanha ilustrada, faria-os pensar duas vezes antes de elicitar o comportamento inadequado.

Assim, por diante, a campanha atuaria diretamente sobre o comportamento dos estudantes, levando-os à consciência da necessidade de preservar o bem público.

A campanha é, antes de tudo, de um caráter didático da maior importância, sendo necessário acentuar o pendor econômico da proposição, se observarmos os custos decorrentes da compra anual de mobiliário escolar para substituir aquele que foi destruído.

A escola que quer ser verdadeiramente preparadora de cidadãos deve formá-los e capacitá-los a desenvolver a cidadania responsável. A criança que hoje destrói uma carteira pode ser o homem que amanhã põe fogo num ônibus. Já que guardadas as devidas proporções, a falta de consciência revelada é a mesma.

Estaria, adotando esta iniciativa, a Escola do Paraná dando aos nossos paranaenses uma das mais importantes lições de suas vidas: a de guardar e preservar o que é bem comum.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 320/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada Utilidade Pública Estadual, a Associação Comunidade Vida Nova, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei nº 6.994/78, estamos apresentando o projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação Comunidade Vida Nova, com sede e foro nesta Capital, à Rua Humberto Beversano, 116, Bigorrilho.



Com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência estabelecida em seu estatuto, contando com o apoio incondicional de todo o seu corpo associativo, principalmente de sua Diretoria, tentando sempre desenvolver um trabalho voltado para o bem comum.

É entidade devidamente registrada sob n° 758 do Livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas - Títulos e Documentos, em 25 de maio de 1988 (4° Ofício da Capital).

Seu Estatuto por si só, traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente os seus objetivos.

A Associação Comunidade Vida Nova não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções conforme estabelece o artigo 7°, da Seção I Capítulo III do seu Estatuto, não tem fins lucrativos; não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o superavit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades enumeradas em seu bojo.

As razões aqui explicitadas nos convencem da oportunidade do presente plano de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 321/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município de Mallet, o imóvel situado no Distrito de Dorizon, Município de Mallet, com área de 270,00 m², com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição n° 4.255 do livro 3-D às fls. 62, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet.

Art. 2° - O imóvel que trata o art. 1°, será destinado a instalação de serviços públicos municipais, não podendo a qualquer tempo ser transferido à terceiros, ou ser utilizado para outros fins, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora se submete à Duta consideração desta Casa de Leis, e que tem por objeto a doação do imóvel de propriedade do Estado, ao Município de Mallet, fundamenta-se essencialmente nas aspirações de há muito pela administração do Município e por lideranças locais, com

vistas a oferecer à comunidade do Distrito de Dorizon melhor qualidade de serviços prestados pela municipalidade, em face do crescimento sócio-econômico daquele progressista Distrito, está sendo prejudicado, pela inexistência de acomodações adequadas dos diversos setores que compõem a referida administração Distrital.

Considerando tais aspectos e movidos por fatores que determinam a urgente necessidade de ampliar instalações da Prefeitura no Distrito de Dorizon, a fim, como já se afirmou, de melhorar as condições de serviços essenciais à população, houve por bem a atual administração em postular a doação do referido imóvel.

A medida, pois, virá contribuir de forma significativa para a solução de problemas atinentes ao espaço físico, a par de constituir-se prioridade ao Programa e Ação do Município de Mallet para a dinamização de setores relevantes junto ao Distrito de Dorizon, além de estar esta postulação com sua conformidade com o disposto no art. 53, XIII e XIV, da Constituição Estadual que dá competência à iniciativa sobre a matéria à Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI N° 322/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - É concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor André Zacharow, tendo em vista os seus relevantes serviços prestados a coletividade.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

André Zacharow, nascido em Jaguariaíva, Estado do Paraná, em 07 de julho de 1939 e casado com a Professora Eunice Lucachowski Zacharow, é uma das mais proeminentes figuras do nosso meio educacional, cultural, religioso e social. Seu dinamismo tem proporcionado o desenvolvimento de programas do mais alto interesse da sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI N° 323/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida uma pensão mensal de dois salários-mínimos à senhora Mirian de Oliveira Camargo Rodrigues, viúva do senhor Jamidas Antunes Rodrigues, ex-Prefeito de Santo Antonio da Platina, a ser paga pelo Estado.

Parágrafo Único - A pensão de que esta

lei deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

Jamidas Antunes Rodrigues, como Prefeito de Santo Antonio da Platina, voltou suas atenções administrativas em favor da população mais carente do município, desenvolvendo um trabalho meritório na área social, o que lhe grangeou o respeito e a admiração dos seus munícipes. Homem de elevado senso humanitário, singeleza no trato e respeito à dignidade humana, realizou uma administração séria, pacífica e altamente democrática. Sua esposa, senhora Miriam, acompanhou-o em sua trajetória política frente àquela Prefeitura, auxiliando e colaborando decisivamente no desempenho de suas funções sociais, em favor da comunidade, como primeira dama. Este o motivo da presente proposta, como uma homenagem do Poder Legislativo e Executivo, ao Município de Santo Antonio da Platina, na Região Norte Pioneira.

PROJETO DE LEI Nº 324/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica criado o Município de Iguatemi, desmembrado do Município de Maringá, com as confrontações idênticas às do Distrito Judiciário de Iguatemi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) JOSÉ ALVES

**JUSTIFICATIVA:**

A comunidade do distrito administrativo de Iguatemi, no Município de Maringá, de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de Município, tendo em vista o crescente progresso daquela rica região paranaense, com o propósito de manter e continuar seu desenvolvimento.

O Distrito Administrativo de Iguatemi atende os requisitos previstos na Lei Orgânica dos Municípios e que, a elevação do mesmo à categoria de município acarretará inúmeros benefícios na área social, econômica e cultural, razão pela qual apresentamos o presente projeto de lei, solicitando apoio aos nobres Pares, como também a sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 325/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Trabalhadores Rurais Godoi Moreira", com sede e foro no Município de Godoy Moreira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

**JUSTIFICATIVA:**

A "Associação de Trabalhadores Rurais Godoi Moreira", é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo garantir aos trabalhadores associados seus direitos junto ao poder público.

Atendendo as atividades agropecuárias, procuram desenvolver novas formas de cooperação que venham a aprimorar a produção e a comercialização em sua área, bem como fortalecer a organização sócio-econômica dos trabalhadores rurais. Tem ainda por projeto, o atendimento às necessidades em vista a saúde, educação, habitação, transporte e lazer, tentando dessa maneira, contribuir para o avanço das lutas populares, principalmente na Reforma Agrária e preservação do meio ambiente.

Tendo em vista a causa a que destina a instituição em análise, solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis, à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 326/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" de plebiscito a realizar-se, o Município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de São José do Ivaí, com as confrontações idênticas às do Distrito Administrativo e Judiciário de São José do Ivaí, criado pela Lei nº 5706 de 21 de novembro de 1967.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de projeto de lei que atende aos anseios da população do próspero Distrito de São José do Ivaí.

Atualmente, São José do Ivaí compõe o Município de Santa Isabel do Ivaí, entretanto este Distrito está relegado a segundo plano, em que pese sua grande produção e elevada arrecadação de ICMS. Assim, todos os benefícios são carreados para a sede, sem o retorno esperado para a população local. Verificamos hoje total falta de infra-estrutura em São José do Ivaí, o que não ocorreria se este fosse elevado à categoria de Município, haja vista que todo o ICMS gerado no local seria ali aplicado.

Com isto, verificamos que tal projeto vai ao encontro das aspirações dos moradores e, portanto, merece nossa aprovação.

MEMORIAL DESCRITIVO DAS DIVISAS DO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO IVAÍ

Inicia na Foz do Ribeirão Tamanduateí, no Rio Ivaí. Do ponto inicial, sobe pelo Ribeirão Tamanduateí até o ramal 23, por este até a confluência com o ramal 24, por este até a confluência com o ramal 27, por este até o entroncamento com o ramal 26 ou Estrada do Banhado, por este até o entroncamento com o ramal 33, segue por este até o seu final, deste ponto em linha reta e seca até o Rio Ivaí, desce por este até a Foz do Ribeirão Tamanduateí, ponto inicial e final.

MEMORIAL DESCRITIVO DO QUADRO URBANO DA  
SEDE DO MUNICÍPIO DE  
SÃO JOSÉ DO IVAÍ

Tem início no cruzamento da Rua Amazonas com a Avenida Mato Grosso.

Rua Amazonas até a Rua Pará; Rua Pará até a Rua Rio Grande do Sul; Rua Rio Grande do Sul até o início da quadra 18, fundos dos lotes 14 e 01 da quadra 18 (inclusive), contornando o lote 01 da quadra 18 e pela lateral da quadra 10 (inclusive) até a Avenida Paraná; Avenida Paraná até a quadra 04, contornando a quadra 04 (inclusive) até a Rua São Paulo; Rua São Paulo até a Rua Bahia; Rua Bahia até o final do lote 01 da quadra 01 (inclusive), contornando o lote 01 e pelos fundos dos lotes 01 a 08 da quadra 01 (inclusive), fundos dos lotes 01 a 04 da quadra 02 (inclusive), fundos dos lotes 01 a 06 da quadra 06 (inclusive), contornando o lote 06 da quadra 03 (inclusive) até a Rua São Paulo, até o final da quadra 09, contornando a quadra 09 pela lateral dos lotes 03 a 04 (inclusive) até a Avenida Mato Grosso; Avenida Mato Grosso até a Rua Amazonas, ponto de partida do presente roteiro.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos da imprensa, companheiros do interior.

Queremos deixar registrado nos Anais desta Casa o significativo resultado da Convenção do Partido Liberal no último dia 20 deste mês. Num clima cordial e de elevada disputa foi escolhido o candidato do Partido Liberal ao Governo do Estado do Paraná.

Conforme foi noticiado pela imprensa, tivemos a honra de ser apontados por ex-

pressiva maioria, como candidato do Partido Liberal a concorrer à Chefia do Poder Executivo.

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência me permite um aparte?

Assentimento.

Quero, no início do pronunciamento de Vossa Excelência, transmitir a grande repercussão do lançamento do nome de Vossa Excelência como candidato a Governador do Estado do Paraná, não apenas nas hostes liberais, mas também junto a setores da sociedade que não estão alinhados com partidos políticos, mas preocupados com o futuro do Estado do Paraná.

Na última viagem que fizemos a diversas cidades, pudemos receber manifestações, as mais elogiosas, à atuação de Vossa Excelência, o que nos trouxe grande satisfação, pois, o resultado da Convenção a que se alude Vossa Excelência, veio corresponder à necessidade de um nome novo na política em termos de Executivo como é o de Vossa Excelência.

Aceite, mais uma vez, Deputado Lindolfo Júnior, os cumprimentos do Partido Liberal pela sua significativa vitória e esperamos seja o primeiro passo para um resultado que será, indiscutivelmente, o da renovação no dia 3 de outubro com a presença de Vossa Excelência no segundo turno.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado, Deputado

Ezequias Losso e o que nós pretendemos é aliar a nossa força de vontade, a nossa juventude com a sua experiência de vários mandatos nesta Casa, ao lado também de outros Deputados. E, não tenha dúvida, Deputado Ezequias, de que a harmonia entre os Poderes - se depender do nosso governo - existirá, na prática. E um governo transparente também terá a população do Estado do Paraná.

É de se registrar, Senhores Deputados, que todos os convencionais fizeram questão de votar num dos candidatos, confirmando a intenção de que um deles fosse indicado. Isso quer dizer que o Partido Liberal está unido, no firme propósito de oferecer uma alternativa de verdadeira renovação à sociedade paranaense.

Quando 60% dos convencionais presentes prestigiam o lançamento de nossa candidatura ao Governo do Estado do Paraná, sentimo-nos na obrigação de fazer jus à confiança demonstrada. A chapa do PL deverá concorrer, além do cargo de Governador, à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa, composta por nomes da mais alta expressão em todos os recantos de nosso Estado.

Aliada - como disse, à experiência de Ezequias Losso a muitos líderes que representam o novo, o moderno, a renovação, que

tanto se apregoam mas não aparecem, tomam assento nesta Casa e no Congresso Nacional.

A população brasileira viu desfilar, nestes últimos anos, dezenas de opções. Chegou a ser iludida, como também o fomos. Prestigiou vários salvadores da Pátria, que assim se apresentaram aos eleitores em campanhas, que se transformaram em um sem-número de promessas incumpridas e que desgastou a classe política.

A Assembléia Constituinte, ao invés de ser formada pura e simplesmente com esta finalidade, por conveniência dos mandatários da época, tornou à forma de Congressional. Para ela não foram eleitos como Constituintes um Senador por Estado, levando ao recinto no qual se formava a Carta Magna do País, a figura do biônico que era banida, - ou pelo menos, se fazia banida. Poderosos grupos econômicos e políticos se instalaram em Brasília e acabaram influenciando na elaboração da nossa Lei Maior e optando inicialmente pelo Regime Parlamentarista, de última hora adotou o Presidencialismo e o mandato de cinco anos.

Surgiu, naquela oportunidade, a máxima de que "é dando que se recebe". Ao que parece hoje se firmando ao lado da conhecida "lei de Gerson".

Quando chegamos à esta Casa de Leis, a nossa juventude não foi empecilho para que, apesar de estreante na Assembléia Legislativa, chagássemos a compor a sua Mesa, na qualidade de Segundo Secretário. Tarefa difícil sim, que nos causou vários aborrecimentos, vez que não se pode negar que existiam alguns vícios administrativos, aos quais a nossa forma de ser e de agir não se adaptou.

Impedido de participar na primeira fase da Constituição Estadual, justamente em razão de ocuparmos um cargo na douta Comissão Executiva, procuramos emprestar a nossa colaboração através de sugestões, inclusive solicitando um reordenamento nas normas que regiam seus trabalhos.

Chegamos a ser incompreendidos, quando lutamos pela maior acolhida dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões temáticas, pois tornava-se evidente que o nosso Regimento, copiado do Estado de São Paulo, não previra a elaboração de uma Carta Básica, como aconteceu naquele Estado. E entendemos que o nosso protótipo deveria sair da junção daquilo que havia sido cuidadosamente colhido pelas mencionadas Comissões Técnicas.

Felizmente, tais desencontros não causaram males maiores do que o nosso afastamento à qual pertencíamos, fazendo que fôssemos bater às portas do Poder Judiciário, para restaurar o nosso direito e dever de Constituinte.

Na qualidade de membro da Comissão

Constitucional, comparecemos à votação da parte inicial da Constituição do Estado e ainda lutamos para que o nosso nome apareça entre os signatários dos trabalhos desenvolvidos por aquela comissão. Para isso, continuaremos percorrendo o caminho da justiça.

Essa ingratidão, essa falta de reconhecimento não nos impediu de apresentar, nas etapas seguintes, aproximadamente uma centena de emendas com o aproveitamento de quase metade, ou seja, 50% das emendas por nós apresentadas. O que significa que tínhamos muito a oferecer ao Paraná, ou que os trabalhos feitos a portas fechadas realmente mereciam reparos.

Mas na qualidade de Deputado Estadual e postulante ao Governo do Estado do Paraná, conhecedor do texto apresentado, temos com que nos preocupar. Restam mais de uma centena e meia de dispositivos constitucionais a serem regulamentados Senhores Deputados. De nada adiantou o nosso apelo formulado logo em seguida à promulgação da Carta Estadual, para que fossem mobilizados os setores competentes para essa necessária finalidade. Sabemos que a Constituição Federal se encontra na mesma situação, com mais de 200 dispositivos sem regulamentação. Isso é um convite para que os preceitos básicos que regem o nosso País e o nosso Estado não sejam cumpridos. Essa é a razão principal de colocarmos como ponto básico de nossa plataforma de Governo, o reordenamento jurídico. Nossas metas que representam a modernização do Estado, elaboradas na forma do Programa do Partido Liberal e de suas grandes lideranças nacionais, ficaram registradas na Convenção que nos escolheu, tendo sido fixadas as diretrizes básicas do Programa de Governo do Partido Liberal, que contará com a efetiva participação da sociedade para o seu planejamento e sua execução.

Esse nosso pronunciamento tem por finalidade trazer ao conhecimento desta Casa - pois aqui representamos o povo de nosso Estado - como poderemos alcançar a modernização sem usarmos de expedientes demagógicos e de promessas de poucas consistências.

É com satisfação e orgulho que passarei, logo após o meu pronunciamento, para registro nos Anais desta Casa, o Programa Básico do Partido Liberal para análise, críticas e sugestões das partes interessadas.

Por isso, nobres Pares, Senhor Presidente, nós saímos na frente enquanto se procura discutir coligações com amarrações e loteando os cargos do Governo do Paraná, o Partido Liberal faz a sua Convenção, escolhe seus candidatos e começa a debater com a sociedade paranaense os problemas que afligem a nossa gente.

Aqui estão as nossas proposições de governo, proposições que já começamos a debater com a sociedade paranaense. Por isso apresentamos ao Paraná, além de uma candidatura de renovação, uma candidatura que nada tem a ver com tudo isto que aí está, um Plano de Governo para dar consistência e mostrar à sociedade paranaense de que o liberalismo social acredita fundamentalmente na força da nossa sociedade, na força dos paranaenses.

Temos quatro pilares, que são pontos fundamentais na nossa administração: a liberdade, tão pregada pelo nosso Partido, a justiça, o desenvolvimento e a segurança. Liberdade, Senhores Deputados, que Vossas Excelências terão, porque interligaremos, num serviço de informatização, na nova proposta de modernização administrativa, que pretendemos discutir com a sociedade. Vossas Excelências terão um terminal aqui, nesta Assembléia. E através deste terminal não precisarão mais aprovar requerimentos, que nós consideramos e eu particularmente como integrante deste Parlamento, de que este expediente está totalmente ultrapassado e é um expediente obsoleto. A Mesa Executiva e cada um de Vossas Excelências terão oportunidade de teclar e, em cinco segundos saber qualquer tipo de informação com relação à administração do Poder Executivo.

Um Governo que age com transparência e que assume compromisso de transparência com o Paraná, pode adotar tal sistema. Os Prefeitos do Interior, exatamente pela falta de informação ou pela informação mal dada, em cada uma das Secretarias de Estado do Paraná, ficam também mal informados e sem saber o que está acontecendo. Vossas Excelências que representam todas as regiões do Estado do Paraná terão a oportunidade de saber, em apenas cinco segundos, qualquer informação com relação a obras, aos nomes dos empregados, ao volume de dinheiro, à dívida do Estado, enfim, qualquer tipo de informação. Mas, não será somente para a Assembléia. Nós teremos, também, um Departamento à disposição de todos os paranaenses, para que todos eles tenham a oportunidade de saber o que acontece no Estado do Paraná.

Seria utopia? Não, Senhores Deputados. Precisa haver coragem! Coragem do chefe do Poder Executivo, porque hoje nós não sabemos sequer quanto movimenta o Banco do Estado do Paraná, qual é a dívida do BADEP, exatamente quantos Professores nós temos no Estado do Paraná, quantos funcionários em cada Autarquia, na administração direta ou indireta. Não, isso não é utopia, Senhores Deputados. Isso não é sonho. Isto será realidade, a partir do dia 15 de março.

E quando nos perguntam com relação aos

demais candidatos, faço questão de colocar desta tribuna, que nós não temos nada contra qualquer das candidaturas que aí estão. O que nós somos, o Partido Liberal, é a favor de uma proposta, da nossa proposta, da proposta da renovação. Não a renovação qualificada pela idade, ou de um jovem que disputa o Governo do Estado, mas a renovação de costumes políticos, uma renovação de mentalidade política, uma renovação de procedimentos administrativos.

Com relação à Justiça, o fortalecimento da Justiça e o reordenamento jurídico, porque a população do Paraná está nos cobrando. Nós temos 150 itens na Carta Estadual que não deixa de ser, e eles estão certos, uma sinfonia inacabada.

No desenvolvimento pretendemos e haveremos de proceder neste Estado um desenvolvimento econômico, escolhendo a pessoa certa para o lugar certo.

O desenvolvimento industrial, o desenvolvimento educacional, o desenvolvimento cultural, porque desenvolvimento, minha gente, como aquele desenvolvimento, Conselho de Desenvolvimento do Litoral, não é apenas um Conselho meramente embargador que diz: "Não, aqui você não pode construir um edifício de quatro andares, aqui tem de ser de dois, tem de ser um sobrado".

E o desenvolvimento educacional, e os programas de desenvolvimento social, programas de desenvolvimento no esporte, eu não tenho dúvidas, Senhor Presidente e nobres Pares, que a partir do momento que nós começarmos a esmiuçar este programa de Governo nós impregnaremos o Paraná com a nova proposta, a proposta de renovação, inclusive dos costumes políticos.

Segurança - Não basta apenas a segurança pública. Claro que ela é importante, é fundamental, é prioridade. Mas, é preciso discutir com cada região do Estado exatamente o que é que essas regiões precisam.

Eu sei que a partir do dia 15, nós teremos apenas 15 ou 16 Prefeitos do Partido Liberal. Mas, quando falamos em mudança de prática e de costumes políticos, nós queremos acabar com a perseguição também ao Prefeito que pertence a um outro partido. Porque não adianta perseguir somente o João de um determinado município porque ele é o Prefeito de um outro partido que não é o nosso.

É preciso ter a consciência de que perseguindo o João, estaremos perseguindo também toda uma comunidade e a discriminação não será feita e não acontecerá no nosso Governo.

Uma outra questão que eu acho fundamental, acabar definitivamente com o comando político para Deputado.

O Prefeito é do Partido A, eleito em

88; o Deputado mais votado, o Deputado do Governo, é do Partido B; ele não tem intenção e não quer ajudar o candidato do Partido A.

Comando Político Senhores Deputados, isto eu tenho dito aqui desde o início, comando Político tem que ser para quem tem o maior interesse, ou seja, o Prefeito Municipal, a Câmara Municipal, os clubes de serviços, a sociedade local discutindo quem vai para a chefia da educação, do núcleo, da saúde, discutindo quem vai ser o delegado; e não um Deputado apaniguado e protegido apenas como cabo eleitoral. Este procedimento nós vamos acabar definitivamente no nosso Estado, porque muita gente que brigou contra a ditadura, não mudou a prática; muita gente que criticou o comando Político, essas nada fizeram para que isso definitivamente acabasse.

Segurança, o cidadão paranaense vai ter, de que o imposto recolhido com o suor do seu trabalho está sendo bem gerenciado, está sendo bem administrado, porque ele vai ter a liberdade de saber onde é que está indo esse dinheiro pelos terminais que nós pretendemos implementar.

Alguém perguntaria: "Isto vai onerar o Estado?" E eu lhes digo: "Não, porque nós já temos toda uma estrutura." O que falta é transparência minha gente, o que falta é o Governante falar a verdade para o povo. O que não se pode mais aceitar neste Estado, é que o Governo fique distante do povo; um Governo eleito pelo povo precisa administrar com o povo; e aquele Palácio Iguaçu que é conhecido por muitos políticos, para nós será a Casa do povo, será o fórum permanente de debates para encontrarmos as resoluções para os problemas da nossa sociedade.

Eu não tenho dúvida, nós iremos sim para uma campanha muito difícil, mas em Política tudo é difícil e nada é impossível. A nossa campanha vai começar a ganhar as ruas, fortalecendo acima de tudo o Legislativo.

Passei por uma Câmara Municipal, passamos ao lado de Vossas Excelências pela Assembleia Legislativa. Sei e sinto o que é uma população cobrando dos Deputados, enquanto um Governante fica enclausurado como um casulo, sem querer conversar com ninguém a não ser meia dúzia de pessoas que ficam durante todo dia a fazer elogios até como uma forma de contra-ataque ou de puxão de orelha que o Governante poderá dar a um dos seus funcionários.

Muito se tem ouvido que o político busca a próxima eleição. O Paraná precisa de um estadista. De um estadista que saiba dos problemas dos agricultores paranaenses. E na diretoria do Banco do Estado do Paraná que é um Banco da gente do Paraná, que é um Banco que precisa proteger o

microempresário, o pequeno, aquele que sofre as agruras muitas vezes de um poder central burocrata, é preciso que esse Banco não vise o lucro financeiro. E precisamos destruir esse negócio de que o homem vale pelo que tem e não pelo que ele sabe. Está na hora do Governo do Paraná, como faz o Confaz, Conselho de Política Fazendária, que reúne seus Secretários de Fazenda, é preciso que cada Estado tenha, principalmente na consciência do Governante, que o Paraná é um Estado eminentemente agrícola, que contribui com aproximadamente 25% dos grãos deste País. E já está na hora de chamar o agricultor para o Palácio, e ali discutir uma outra forma, ele leva o dinheiro, leva as condições para a plantação, mas não devolve em dinheiro, devolve em espécie, devolve com a safra. E nós procuraremos armazenar esta safra, e brigando com o Governo Federal ajudaremos também os demais agricultores para que eles tenham um preço mínimo num patamar suportável e não continuem perdendo na agricultura do nosso Estado.

O nosso plano de Governo e as nossas proposições aqui estão. Nós estamos discutindo com a sociedade, discutiremos com o Paraná em todas as regiões, assumindo compromissos, e não tenham dúvidas Srs. Deputados, Sra. Deputada, Sr. Presidente, vamos para uma campanha cujo "slogan" é: "O Paraná que nós queremos". Não vamos para uma campanha quando se vê inúmeras placas, fala, faz, sustenta. O nosso governo não falará besteira, não faremos asneiras e não sustentaremos de maneira alguma a corrupção.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Observação: As Proposições de Governo do Deputado Lindolfo Júnior encontram-se no final deste Diário.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

No momento em que o Deputado Lindolfo Júnior lança a plataforma da sua campanha, esta Casa tem a honra de ter aqui como sua presença, o candidato também ao Governo do Estado, Teodolindo Mendonça, que está aqui na tribuna de honra da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Teodolindo Mendonça.

Lideranças: PL, PT, PDS, PDC, PFL, PTB, PRN, PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quem tem que crescer é criança e não



problema.

Na última quinta-feira a Prefeitura Municipal de Curitiba lançou "SOS" Criança, e funciona através do telefone 200.1001, e que é um serviço de emergência coordenado pela Prefeitura de Curitiba e Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. O programa foi criado para defender crianças e adolescentes, na faixa etária de zero a dez anos, vítima de abusos, negligências ou maus tratos, com um trabalho curativo e preventivo, visando a violência, especialmente em nossa cidade.

E pelo telefone, a comunidade poderá efetuar denúncias que envolvem menores, com lesões físicas não acidentais, negligências e descuido; o não provimento das necessidades básicas das crianças alimentação, vestuário, teto e assistência médica; abuso sexual, estupro, incesto ou exibicionismo, e o abuso emocional, que é o padrão de comportamento que afeta o desenvolvimento do menor, inclusive para que providências sejam tomadas em relação a estes abusos. (Lê):

"O maior patrimônio de uma nação é o seu povo. O maior patrimônio de um povo são as suas crianças e os seus jovens".

Esta velha verdade ainda não foi assimilada em nosso país.

Ao contrário, não teríamos perto de 30 milhões de crianças e jovens carentes, dos quais 1 milhão sem qualquer vínculo familiar, cerca de 100 mil institucionalizados e 10 mil recolhidos como autores de delitos penais.

São números terríveis, que deveriam falar por si.

Números que não são frutos do acaso. Como não são filhos do acaso as crianças e adolescentes que hoje perambulam pelas nossas ruas, vivendo do jeito que podem, mas principalmente vivendo do jeito que não poderiam.

Os alertas vêm de longe. Já há 40 anos, o então presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Theodomiro Dias, chamava a atenção para o fato de que os menores desamparados eram alvo de perversões inomináveis e que, nesta sequência de sofrimento, adquiriam vícios, corrompiam-se e preparavam-se para a delinquência, candidatando-se a futuros povoadores de manicômios e cárceres, quando não morriam prematuramente minados pela enfermidade.

De lá para cá, a questão só fez agravar-se. Hoje, os que morrem precocemente, muitas vezes, são os que escaparam das enfermidades e da fome, mas não resistiram à violência, vítimas até de um extermínio organizado, como acaba de revelar o jornalista Gilberto Dimenstein, em seu livro "Guerra dos Meninos".

Eles são filhos do acaso, pois nem o

acaso poderia ser tão perverso.

São filhos das políticas sociais que falharam, da política habitacional que não conseguiu dar um teto a seus pais, da escola que falta, da concentração da renda de nosso país.

São filhos do salário-mínimo, que há anos não consegue ultrapassar os 60 dólares.

E também são filhos do preconceito que é o filho dileto da desinformação, que faz a sociedade mesquinha e indiferente, incapaz de se sensibilizar e impotente para mudar um quadro tão adverso.

Todos conhecemos estes vetores que permeiam a questão da criança em nosso país.

Mas é preciso relembrá-los, sempre, para não amortecer a nossa consciência.

Ainda mais agora, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto da Constituição Federal, que encarrega a família, a sociedade em geral e o poder público, de assegurar-lhes a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Como se vê, não é pouco o que a nossa Constituição pretendeu garantir à criança. Trabalhar sem tréguas para que a Constituição não vire letra morta é o desafio de toda a sociedade brasileira.

Se Curitiba pode ser um oásis quando comparada com outras Capitais da questão da criança, como atestou o próprio Gilberto Dimenstein, isso não nos acomoda.

Pelo contrário, nos impulsiona a trabalhar ainda mais.

Senhores Deputados:

O "SOS" Criança, que estamos lançando neste momento, vem somar-se a muitos outros programas em favor da criança em Curitiba.

Ele tem por objetivo fundamental prevenir a violência contra a criança, fenômeno não é restrito apenas às famílias de baixa renda, mas que se estende a todas as camadas sociais.

É uma tarefa abrangente, que não poderia ser levada avante de forma solitária, mas que tem de conjugar todas as demais políticas desenvolvidas pelo município, pelo Poder Judiciário, através do Juizado de Menores, Ministério Público, Secretaria da Justiça e Ação Social, através da Faspap, Secretaria de Segurança Pública e Universidade Federal do Paraná, através do Hospital de Clínicas e por toda a sociedade.

Dáí o sentido de centralizarmos, num número telefônico de fácil memorização: 200-1001, o recebimento de denúncias de abuso ou violência perpetrados contra a



criança e o serviço de orientação para os casos em que a criança se envolve em situações de risco social.

Assim está nascendo o "SOS" Criança, um corajoso esforço de Curitiba em favor da criança, pois estaremos convencidos de que "quem tem de crescer é a criança e não o problema".

É esta a mensagem proferida pela Secretaria Municipal do Menor, Senhora Fani Lerner, no lançamento na última quinta-feira, do Projeto "SOS" Criança, que nós temos certeza já estar obtendo de lá para cá, o sucesso necessário no sentido de minimizar esta situação de sofrimento pela qual passa a criança curitibana, a criança do Paraná e a criança deste Brasil.

É mais um avanço dado desta cidade, que é uma cidade-laboratório, que é a capital do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

Declina.

Encerrado o Horário das Lideranças, Está encerrada a Hora do expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor as Comissões constituídas desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 31/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 31/90, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Acir Mezzadri, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a população decida sobre a criação do Município de Witmarsum do Puru-nã. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 169/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Município de Iracema do Oeste, com território desmembrado do Município de Formosa do Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no DA. nº 76, de 05.08.86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 401/89, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que cria o Município de Entre Rios do Oeste, com território desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no DA. nº 120, de 15.12.89).

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 20/89, de autoria do Deputado Artagão Matos Leão, que cria o Município de Santa

Maria do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO,  
AO PROJETO DE LEI N° 020/89

Artigo Único - O artigo 1°, do Projeto de Lei n. 020/89, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o Município de Santa Maria do Oeste, desmembrado do Município de Pitanga, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial e final, a Foz do Rio da Prata no Rio Cantu. Do ponto inicial, sobe pelo Rio Cantu até a sua nascente; deste ponto, segue por linha seca no divisor de águas da Serra de Pitanga (divisa do imóvel Tigre com a gleba 3 - Rio Feio) até a nascente do Rio Marrequinha, deste ponto, segue por linha reta e seca até alcançar o Rio dos Pocinhos; desce pelo Rio dos Pocinhos até sua foz no Rio Araguaí; desce por este até a foz do Arroio Buriti; sobe por este até a sua nascente; deste ponto deflete à direita em linha seca rumo Sul até a estrada Santa Maria-Saudades; segue por esta até a divisa com o Município de Turvo na ponte sobre o Rio Bonito; sobe por este até a sua nascente; deste ponto segue rumo Noroeste por linha reta e seca (divisa intermunicipal com Turvo) até a nascente do Rio Caçador ou Bau; desce por este até sua foz no Rio Piquiri; desce por este até a foz do Rio Logrador (divisa intermunicipal com Guaraçuva e Cantagalo); sobe por este até a sua nascente (divisa intermunicipal com Palmital); deste ponto segue em linha reta e seca até encontrar a nascente do Arroio Seco; desce por este até sua foz no Rio Caveira; desce por este até sua foz no Rio da Prata; desce por este até sua foz no Rio Cantu (divisa intermunicipal com Palmital), ponto inicial e final."

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Neivo Beraldin, Lauro Lobo Alcantara e Sabino Campos.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 85/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que revoga a Lei n. 9.058/89. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emenda

Substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO,  
AO PROJETO DE LEI N° 085/90

Art. 1° - Os artigos 1° a 8°, e seus parágrafos, da Lei n. 8.212, de 30 de dezembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a emitir, colocar no mercado e resgatar Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná, bem como pagar juros deles decorrentes, através da Secretaria de Estado da Fazenda, obedecidas a legislação federal que rege a matéria e as condições estabelecidas por esta lei.

Art. 2° - OS Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado referidos no artigo anterior são:

a) - Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - OTE-PR.

b) - Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFT - PR.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a promover, quando necessário a substituição das Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná por Letras Financeiras do Tesouro do Estado e destas por aquelas.

Art. 3° - O produto da colocação dos Títulos da Dívida Pública do Estado do Paraná será alocado, exclusivamente, ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, instituído pela Lei n. 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, para utilização em financiamentos, por empréstimo, ao setor produtivo privado do Estado.

§ 1° - Os recursos arrecadados em decorrência desta Lei serão emprestados exclusivamente a empresas localizadas no Estado, através do Sistema Financeiro Oficial do Paraná.

§ 2° - Os programas de financiamento concedidos através do Fundo de Desenvolvimento Econômico serão apreciados por Comissão presidida pelo Secretário de Estado da Fazenda e integrada por representantes do Governo do Estado e de entidades de classe indicados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado - CEDES.

Art. 4° - As características dos Títulos da Dívida Pública e suas condições de colocação no mercado, obedecerão aos moldes dos Títulos de emissão do Tesouro Nacional ou Banco Central do Brasil.

Art. 5° - O montante de cada emissão das Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - OTE-PR, será fixado por Decreto do Poder Executivo, obedecerão os limites estabelecidos pela Legislação pertinente.

Art. 6° - Poderão ser fixadas condi-

ções de opção aos possuidores de OTE-PR, quando dos respectivos resgates, pela reaplicação total ou parcial do produto da liquidação, na subscrição de novas obrigações.

Art. 7º - As Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFT-PR, também com alocação exclusiva ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, serão emitidas com o prazo máximo de um ano e mencionarão as datas de emissão, vencimento e remuneração.

Art. 8º - O montante de cada emissão dos Títulos a que se refere a artigo anterior deverá ser previamente submetido, acompanhado de plano de aplicação dos recursos a serem angariados, à apreciação do Poder Legislativo".

Art. 2º - Ficam mantidas as operações efetuadas segundo as normas em vigor antes da vigência desta lei.

Art. 3º - Ficam revogadas as Leis ns. 9058 de 03 de agosto de 1989 e 8914, de 13 de dezembro de 1988.

Art. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Antônio Annibelli, Erondy Silvério, e 2 ilegíveis.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda. - Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 104/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que dispensa o requisito referente a idade, quando da habilitação para concurso público no Estado, os servidores estaduais que exerçam cargo em comissão por mais de quatro anos consecutivos ou não. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 178/90, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSI, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de ALTO ALEGRE, desmembrado do Município de Colorado e com as divisas que especifica. com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 285/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que obriga os órgãos da administração direta, indireta, Fundações e Empresas de Economia Mista a encaminhar, ao exame e aprovação da Assembléia todo e qualquer ato que implique em cessão, doação ou alienação, a qualquer título, de veículos, máquinas e equipamentos adquiridos para o seu uso ou cuja utilização deva

ser por si administrada. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 293/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera disposição da Lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário (Lei n. 7.567, de 08.01.82). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 188/89, e autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que assegura aos dependentes do policial civil e militar mortos em serviço, a percepção de um pecúlio, a ser pago pelo Estado. Aprovado. (Public. no DA. n. 66 de 08.08.89).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 390/89, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao engenheiro ALEXANDRE FONTANA BELTRÃO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 118 de 13.12.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 390/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca, tem por finalidade conceder Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao engenheiro Sr. Alexandre Fontana Beltrão.

Este plano de lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno desta Casa e sua legalidade está em conformidade com a Lei n. 5.638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a Concessão de Benemerência ou Cidadania Honorária Paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por este Poder.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 30/90, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná, regulamentando os artigos 212 e 213 da Constituição do Estado do Paraná. Aprovado. (Public. no DA n. 02,

FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 05.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;  
JOÃO ARRUDA - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 33/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara como CIDADÃOS SENIOR todos os cidadãos maiores de 65 anos de idade, em todo o território do Estado do Paraná. Aprovado. (Public. no DA. n.º 02 de 19.02.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 49/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO e OUTROS, que dispõe sobre a reserva, nos fóruns, presídios e delegacias de polícia, de dependência destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, em função do exercício da atividade profissional. (Public. no DA n.º 03 de 20.02.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n.º 49/90. Aprovado. Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões o Projeto de Lei n.º 49/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 269/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que cria "ad referendum" do plebiscito, o Município de ESPERANÇA NOVA, desmembrado do Município de Pérola, com as divisas e confrontações que especifica. Aprovado. (Publ.no DA. n.º 43 de 24.04.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 330/89, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que institui a Semana e o Dia do Voluntariado Paranaense. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n.º 102 de 20.11.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 330/89

PARECER:

Visa a proposição do ilustre Deputado ACIR MEZZADRI, instituir a SEMANA DO VOLUNTARIADO PARANAENSE, institucionalizando a homenagem dos Poderes Constituídos do Paraná-e, por decorrência do Povo paranaense - aos voluntários anônimos que, desprezidos do orgulho e da vaidade materiais, dedicam suas vidas aos que se desencaminham da sorte e da fortuna.

Tratando-se, pois, de simples homenagem, a qual não fere princípios constitucionais ou legais da Administração Pública, a proposição poderá prosperar livremente até o reconhecimento oficial a esses samaritanos que procuram preservar o equilíbrio da solidariedade em todos os níveis da sociedade.

A Comissão de Constituição e Justiça oferece, pois, à matéria, o seu PARECER

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 58/90, de autoria dos Deputados ALGACI TÚLIO, RAFAEL GRECA, PEDRO TONELLI e IRONDI PUGLIESI, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de CACHOEIRA. Aprovado. (Publ. no DA. n.º 04 de 01.03.90.).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 61/90, de autoria da Deputada VERA AGIBERT, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Imbituva, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de GUAMIRANGA. Aprovado. (Publ.no DA. n.º 57 de 22.05.90).

DISCUSSÃO ÚNICA - Do Projeto de Resolução n.º 62/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN E OUTROS; que susta a Resolução Conjunta CC/PGE/SEED n.º 01/90, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, de 22 de maio de 1990, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 62/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com fundamento no Artigo 54, XXVII, da Constituição do Estado do Paraná;

Considerando que a apuração do cumprimento de responsabilidades administrativas dos funcionários públicos estaduais tem processo específico previsto no Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná;

Considerando que a designação genérica de servidores de diversos órgãos da Administração Direta para o exercício de funções próprias da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, potencializa violação do referido direito de defesa

RESOLVE:

Art. 1.º - Sustar a Resolução Conjunta CC/PGE/SESP/SEED n.º 01/90, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná de 22 de maio de 1990, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.90

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

Apoio: FERRARI JÚNIOR, PEDRO TONELLI,

RAFAEL GRECA, ALGACI TÚLIO, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI e LEONIDAS CHAVES.

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 54, da Constituição Estadual, confere competência privativa à Assembléia Legislativa para sustar os atos normativos do Poder Executivo, que exorbitem o poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

O Estado do Paraná, conforme o Artigo 1º da Constituição Estadual, "proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político".

Dados tais pressupostos, é inconcebível que a autoridade pública possa autorizar a polícia para coagir servidores administrativos ao exercício regular de suas funções; primeiro, desviando os agentes policiais que são escassos em número, e deficientes em equipamentos, de sua função constitucional de mantenedores da segurança pública quando há um verdadeiro clamor da sociedade por mais proteção do Estado; segundo, pretendendo ocupar tais agentes policiais fora dos procedimentos legais que subordinam sua utilização apenas nos casos sujeitos à jurisdição penal. Tal fato caracteriza um intolerável abuso de poder.

O Poder Executivo do Paraná tem, ultimamente, se deixado levar por arbitrariedade sem conta, ao reprimir manifestações legítimas de categorias funcionais.

O só exercício do poder coativo do Estado, por si, acarreta risco à integridade dos direitos da pessoa humana. Para assegurar o indispensável equilíbrio entre os direitos do indivíduo e a necessidade do organismo social é que os povos amadureceram o conceito do governo das leis: as regras que obrigam a conduta comum em proveito da sociedade devem ser adotadas segundo ritos elaborados por titulares legitimamente investidos de mandato político.

Tais regimes são democráticos e constitucionais, por limitarem o arbítrio dos governantes, com a possibilidade de revisão de seus atos em uma instância autônoma, o Poder Judiciário. Além de, nos casos de exorbitância do poder regulamentar, restrito à emissão de decretos para o fiel cumprimento das leis, permitirem o remédio urgente da sustação dos atos demasiados, por decisão majoritária do Poder Legislativo.

Com esta providência cabal e de caráter geral, a Assembléia Legislativa é chamada a exercer uma providência vital para o povo do Paraná: a de fixar um paradeiro ao arbítrio politicamente não responsável que se pretende instaurar em nosso Estado. Com essa Resolução, o Poder Legislativo baliza para hoje e para o futuro nosso

Paritiba, segunda, em 28.05.90

compromisso com a observância do governo de leis e nosso respeito à dignidade do servidor e da pessoa humana, reafirmando o Paraná como sociedade democrática e civilizada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

23 Srs. Deputados responderam à chamada.

Não há quórum para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, há questão de uns 15 dias de entrada na Mesa de um projeto de resolução, autorizando a realização de plebiscito para a criação do Município de Guamiranga, desmembrado do Município de Imbituva. Hoje apresentei à Mesa um substitutivo geral ao meu projeto, já com as divisas especificadas.

Surpreende-me, Sr. Presidente, com uma matéria idêntica sem nenhum parecer, apresentado pela nobre Deputada Vera Agibert. Mas eu não quero criar polêmica. Apenas requeiro a Vossa Excelência que anexe ao substitutivo que dei entrada hoje na Mesa já com as divisas, como manda a lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anexado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, pedimos pela ordem para registrar a satisfação que temos em contar em nosso plenário, do ex-Deputado e atual prefeito de Londrina, nosso companheiro Antônio Belinati, cuja presença muito engrandece este Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Prefeito de Londrina, ex-Deputado Antônio Belinati, que muito nos honra com a sua presença.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Sr. Presidente, para comunicar à Bancada do PDT presente nesta Casa, que teremos uma reunião nesta tarde em que mais uma vez vamos ratificar a nossa intenção de que queremos a coligação com o Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1426, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1427, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com apoio do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1403, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Resolução n° 62/90.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 44, 45 e 270/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 20/89, 85, 104, 178, 285 e 293/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 188, 330 e 390/89, 30, 33 e 269/90, e dos Projetos de Resolução n°s 58 e 61/90.

Fica marcada ainda para quarta-feira, a apreciação do projeto de resolução que indica o Deputado Quielise Crisóstomo da Silva para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Olivier Gabardo, tendo como Relator o Deputado Valderi Vilela.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de pedir à mesa, se fosse possível, a inclusão na sessão de amanhã, já, do projeto de lei que nós aprovamos aqui e já vai para redação final, que fixa a venda do "casarão do Ahú". Pedido deste Deputado e do Deputado Rubens Bueno, autor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será marcada a sessão de quarta-feira.

Levanta-se a sessão.

#### PROPOSIÇÕES DE GOVERNO DEP. LINDOLFO JÚNIOR CONVENÇÃO DO PARTIDO LIBERAL

#### I. INTRODUÇÃO

Este documento consubstancia os prin-

cípios fundamentais que irão nortear a ação de governo do Partido Liberal, e servirá de base para a formulação do Plano de Governo.

A importância de se fixarem os valores e filosofias que nortearão este Plano decorre da necessidade de haver um balizamento para todos os envolvidos, sendo que os referidos princípios refletem o pensamento do Partido e do Candidato.

Como tema central, coloca-se o "O Paraná do Futuro - Uma Vida de Qualidade Para Todos", enfatizando a inovação, a administração profissional do Estado, o apoio à iniciativa privada, o crescimento econômico e a melhoria de qualidade de vida de todos os paranaenses.

Os diversos tópicos que terão prioridade no futuro governo do Estado serão colocados, a seguir, em forma de grandes objetivos a serem atingidos.

Ressalva-se que, a partir destes objetivos é que se derivarão as estratégias e os planos de ação específicos - em documentos que serão preparados ao longo da campanha e com base nos anseios do eleitorado, ausentados por pesquisas e por manifestações de todos os segmentos da população.

A afirmação dos objetivos amplos da campanha e do governo servirá, assim, como parâmetro para a elaboração da estratégia de governo.

#### II. OBJETIVOS AMPLOS DE GOVERNO

O Governo do Partido Liberal irá perseguir quatro grandes áreas de objetivos, a saber:

##### 1. LIBERDADE

Preservar a liberdade individual e a coletiva, assegurando os direitos dos cidadãos, e promovendo sua extensão a todos os paranaenses, pelo alcance das qualificações do cidadão.

##### 2. JUSTIÇA

Administrar o Estado visando reduzir fatores de insegurança e injustiça eliminando áreas de tensão social, tanto rural como urbana. Proporcionar a todos os cidadãos o acesso a serviços legais. Exercer a justiça na prática administrativa.

##### 3. DESENVOLVIMENTO

##### 3.1. OBJETIVOS GERAIS

- Atingir o máximo crescimento econômico e emprego sustentável, e um crescente padrão de vida, ao mesmo tempo em que procura manter a estabilidade financeira, garantir a justiça, promover a segurança e assegurar a liberdade do paranaense.

- Desenvolver as vantagens competitivas do Estado do Paraná, buscando um crescimento baseado no esforço dos paranaenses, e na sua prosperidade, e em uma consistente política industrial, agrícola e tecnológica.

- Obter o crescimento econômico reduzindo a intervenção do governo ao mínimo, fazendo-o preocupar-se com aqueles serviços coletivos que a população necessita, mas não pode providenciar em bases privadas, e incentivando a iniciativa privada dentro deste contexto comum, criando um clima propício aos negócios e ao desenvolvimento tecnológico.

### 3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A elevação do padrão de vida, objetivo primordial do nosso governo, passa, obrigatoriamente, por áreas de atuação deixadas de lado pelos últimos governos, ou pela revisão de outras que têm tido excessiva concentração de recursos, em detrimento das primeiras.

Dentre as áreas que sofreram as maiores discriminações contam-se a saúde, a educação, a justiça, a promoção da participação social e da igualdade de oportunidades, a do trabalho, a preocupação com lazer e tempo livre, a proteção ao meio ambiente, além de se ter abordado com amadorismo áreas como a política industrial do Estado, a política agrícola e a promoção do desenvolvimento geral.

As proposições do candidato estão direcionadas para os tópicos a seguir salientados.

#### 3.2.1. SAÚDE

O propósito é o de assegurar os seguintes objetivos:

- Fomentar e dar condições para uma vida saudável em todos os estágios do ciclo de vida, aumentando a expectativa de vida, reduzindo a mortalidade infantil e proporcionando, via desenvolvimento econômico, uma vida mais saudável, extensiva a todos os segmentos da população.

- Garantir o direito à saúde, proporcionando o acesso físico ao atendimento de emergências, e favorecendo o acesso físico

a atendimento não emergencial.

- Proporcionar a acessibilidade econômica com a disponibilidade da saúde para todos - mesmo os que não têm meios econômicos para "comprar" a assistência médica.

- Garantia à Saúde é prioridade absoluta!

#### 3.2.2. EDUCAÇÃO

- Atingir, manter e desenvolver, individualmente, o conhecimento básico e conhecimento posterior, aptidões e valores necessários para o desenvolvimento individual, e para a integração como cidadãos preparados e contributivos à construção de uma sociedade paranaense mais justa.

- Organizar oportunidades para que os indivíduos atinjam, mantenham e desenvolvam os conhecimentos e aptidões necessários ao seu desenvolvimento, e estejam propensos a usar estas qualidades em oportunidades organizadas.

- Facilitar o acesso econômico, mediante Programa de Bolsas e Incentivos.

- Fomentar a satisfação com o processo de desenvolvimento individual.

- Respeitar a herança cultural dos diversos segmentos étnicos.

- Incentivar o desenvolvimento individual para maior contribuição ao bem-estar social.

- Garantia à Educação.

#### 3.2.3. JUSTIÇA

- Assegurar, por todos os meios, a justiça como base da sociedade paranaense.

- Reduzir os fatores causadores de insegurança e injustiça, com a eliminação das áreas de tensão no estado, tais como os litígios, a busca de soluções racionais para os sem-terras, a incorporação e regeneração dos marginalizados urbanos.

- Para garantir a execução destes, objetivos, vai se investir no aparelhamento das Polícias, tanto a nível material, como estrutural e, principalmente, o pessoal, favorecendo o treinamento e implantando uma política de recursos humanos.

- Proporcionar o acesso a serviços legais por parte da população, e aumento da eficácia e da confiabilidade nos serviços da polícia, esclarecendo os direitos e deveres do cidadão.



- Administrar a Lei de acordo com os objetivos de justiça social.

- Exercer a justiça na prática administrativa, em todos os níveis.

- Implantar, na prática, a teoria dos direitos iguais para todos.

- Administrar a justiça material, ou seja, definir como o produto do trabalho de uma sociedade deverá ser distribuído, seja por mérito pessoal ou, nos casos pertinentes, por necessidade.

#### 3.2.4. OPORTUNIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

A promoção do desenvolvimento econômico é condição inquestionável para a melhoria da qualidade de vida da população.

A fixação de novas prioridades, tais como a integração do Estado, no sentido político, social e econômico, visando a elevação do padrão de vida geral, será a base do Programa de Governo para esta área de objetivos.

Para o atingimento de objetivos definidos, serão priorizadas as inovações, isto é, buscar-se-á a valorização das inovações, haverá o incentivo à tecnologia, o incentivo à criatividade.

O Desenvolvimento Econômico do Paraná será baseado em uma consistente política de desenvolvimento industrial, onde os setores de produtos essenciais de serviços de apoio terão um papel importante. Neste ponto, se reforça a posição de enfoque às microempresas que serão a mola-mestra do desenvolvimento social da população paranaense.

Para isto, além dos programas de apoio empresarial, ressalta a importância da educação básica, da saúde, da infra-estrutura de treinamento e excelência industrial que serão criados.

A presença do Estado será mínima, mas não pode ser omissa nas questões vitais para o desenvolvimento.

O aperfeiçoamento e modernização da infra-estrutura energética, viária, de telecomunicações, água e saneamento, além de apoio ao planejamento urbano e industrial do Paraná.

Será criado um programa para discriminação das oportunidades econômicas por todo o Estado, fomentando o estabelecimento de pólos regionais e sub-regionais de industrialização, com o objetivo de fixar a

população a seus locais de preferência.

O apoio à indústria tradicional será a base desta política, visto que a vocação primeira do Estado foi para este setor, que tem ainda grande potencial de crescimento. Mas, paralelamente, se prestará amplo incentivo à indústria moderna, com perfil tecnológico "de ponta", mediante acordos, treinamento, pesquisas.

Um amplo programa estratégico será desenvolvido para todos os setores econômicos do Paraná, abrangendo agricultura, indústria, comércio e serviços.

Com estas iniciativas, procurar-se-á elevar o nível de renda da população como um todo, de forma que a renda seja compatível com a dignidade humana, proporcionando uma equitativa distribuição da renda e da riqueza gerada no Paraná, via oportunidades para todos.

Com esta política, conseguir-se-á a redução dos segmentos marginalizados, e sua incorporação ao mercado de consumo.

#### 3.2.5. TRABALHO

A base do desenvolvimento econômico paranaense é o trabalho digno e produtivo.

O Governo a ser eleito trabalhará para dar apoio à livre iniciativa, para conseguir e proporcionar empregos condizentes e remuneradores para todos os que queiram, a busca de altas taxas de emprego e a geração de oportunidades de emprego para novos contingentes de mão-de-obra serão prioridades da política industrial do Estado. Esta política será direcionada para que se incremente a qualidade dos empregos e as condições de trabalho, justamente pelo apoio a indústrias pioneiras e inovadoras, tanto no campo ou no interior, na cidade, enfim, em todos os setores onde se possa exercer a atividade econômica.

A preocupação do Governo do Estado, quanto à remuneração, que seja condizente e suficiente para um padrão de vida acima da média, é compromisso permanente, pois, através da criação de pólos de desenvolvimento e emprego, se proporcionará aos indivíduos, a satisfação com a vida de trabalho.

Uma vida pautada pelo esforço pessoal valorizará o lazer e o tempo livre, itens que devem passar a compor o dia-a-dia do paranaense.

Dáí a necessidade de se apoiar o desenvolvimento de padrões de trabalho que

permitam a volta às boas coisas da vida; família, amigos, lazer, atividades sociais e culturais, de se proporcionar o acesso a oportunidades de lazer, cultura e auto-desenvolvimento.

O Programa de Governo, preconiza a criação de oportunidades, instalação de "equipamentos urbanos" e desenvolvimento cultural para facilitar a participação social, e incentivar o aspecto humano da vida.

### 3.2.6. LIBERDADE

A liberdade individual, que consiste na ausência de restrições que inibam a realização de desejos, movimentos, associação e desenvolvimento individual, se consubstancia no respeito ao indivíduo, na sua perspectiva social, ou seja, na área onde termina e começa a liberdade de todos.

A verdadeira liberdade somente poderá ser exercitada com gente que tenha alcançado as qualificações mínimas de poder pessoal, com qualificações suficientes para discernir e exercer o poder de posse, com realizações, iniciativas e poder de organização, com liberdade para buscar objetivos.

### 3.2.7. SEGURANÇA

É responsabilidade do Estado, a proteção ao consumidor, ao produtor, ao agricultor, ao trabalhador, ao empresário, contra elementos que restrinjam a liberdade, ou ameacem a integridade física ou patrimonial do cidadão.

A proteção contra adversidades econômicas ou calamidades, é, também, integrante desta responsabilidade.

A garantia da liberdade formal e material, no sentido de que a segurança é direito de todo cidadão, faz parte das propostas desta candidatura ao Governo do Estado.

Ênfase especial será dada à minimização dos conflitos, envolvendo sem-terras, as migrações, sendo papel do Estado arbitrar soluções justas e seguras, que contribuam para a manutenção da paz interna e da paz social.

### 3.2.8. AMBIENTE

O micro-ambiente, que é o que cerca de imediato o cidadão, e o macro-ambiente, que é onde este está inserido, são áreas de atuação prioritária na proposta de Go-

verno.

A habitação, ou seja, busca de soluções para os problemas habitacionais merecerá esforço máximo.

Inseridos neste contexto, os esforços para a revitalização do urbanismo e do apoio ao planejamento urbano, respeitando as características locais, será estendido a todo o Paraná.

Intensificar-se-ão, os projetos e implantações de serviços básicos de água e saneamento.

Haverá uma política integrada de transportes, com o aproveitamento de toda a infra-estrutura já organizada, buscando-se transportes racionais, e soluções ideais para os problemas urbanos, com programas de transporte ao trabalhador e para os problemas de escoamento de safras e segurança nas rodovias.

A despoluição dos ares, dos rios e mares, a solução inteligente ao problema dos resíduos merecerá atenção redobrada, e serão propostas de forma criativa.

A preservação das florestas, dos mananciais e dos recursos naturais do estado, será conseguida com uma política consistente de Meio Ambiente.

A infra-estrutura no campo, capaz de proporcionar aos seus habitantes todo o conforto de vida em cidades, será uma das formas de melhorar o ambiente para o paranaense.

### 3.2.9. PARTICIPAÇÃO

Um Estado desenvolvido se caracteriza pelo favorecimento da oportunidade e participação social dos indivíduos.

A proposição de Governo é que se minimizem as desigualdades sociais, com redução das desvantagens dos mais simples, que se favoreça a mobilidade social, e se alcance, em última análise, a participação do povo nas decisões do Estado, proporcionando-lhe representatividade nos órgãos do Estado, auscultando suas preferências, e fazendo-o participar nas esferas decisórias.

O Palácio do Governo será, a partir do nosso Governo, o Palácio do Povo.

## 4. SEGURANÇA

Proporcionar ao cidadão paranaense uma proteção ampla e permanente, garantindo a liberdade, mantendo a paz social e comba-

tendo as formas de opressão e de ameaça individual, social, ambiental e empresarial.

Os objetivos indicam "o que" fazer.

As estratégias, a serem elaboradas com a participação dos companheiros de partido, e com a população como um todo através das consultas à base, definirão "como" se alcançarão os objetivos.

### III . CONCLUSÃO - APÓS A CONVENÇÃO

Apresentamos as propostas que compõem a plataforma do Governo. São os grandes objetivos que irão pautar as decisões, e que servirão de base para pesquisas, estudos e formulação das estratégias de ação.

O plano de Governo será desenvolvido a partir das definições de campanha.

Curitiba, 20 de março de 1990.